

Feminização de março, Dia Mundial da Água e Dia Internacional da Mulher



» SILVESTRE GORGULHO
Jornalista. Foi Secretário de Estado de Comunicação e de Cultura de Brasília

O mundo é movido pela mulher. O motivo é simples e factual. A mulher carrega dentro de si a discreta, silenciosa e divina energia que inspira, excita, ilumina, constrói, lidera, educa e que faz a diferença na família e na sociedade. Mulher é o tema de ontem, de hoje e de sempre, como bem foi mostrado no debate “O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo”, realizado pelo **Correio Braziliense**, dia 26 passado.

Vale lembrar: este mês de março é duplamente dedicado ao gênero feminino.

Primeiro, por ser o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, cuja semente foi plantada em 1908, quando 15 mil mulheres marcharam pela cidade de Nova York, exigindo a redução das jornadas de trabalho, salários melhores e direito ao voto.

Segundo, porque para celebrar o Dia Mundial da Água de 2026, em 22 de março, a Organização das Nações Unidas teve por bem propor uma reflexão sobre a relação entre água e o gênero feminino. Assim, o Dia Mundial da Água deste ano tem como tema “Água e Gênero”. Sim, até quando se trata de falar de recursos hídricos, a mulher tem funções relevantes. O papel da mulher no uso da água, no gerenciamento dos recursos hídricos e na preservação da qualidade dos ecossistemas aquáticos é fundamental. Sempre que falta acesso às fontes de água doce, ao saneamento básico e à higiene apropriada nas casas, são as mulheres as mais afetadas

e as mais exigidas. Muito mais do que os homens. Mais grave: em ambiente degradado, as mulheres são as primeiras a serem atingidas.

A verdade universal é que onde quer que uma mulher decida estar, ela fica com a maior responsabilidade de fazer a diferença, seja no ambiente familiar, na cidade, no campo, nas salas de aula, nos hospitais, na redação de jornal e, até mesmo, na política. Mesmo porque, até mesmo no mundo animal, o gênero feminino está preparado para ser mãe. É de sua natureza amamentar, acalantar, cuidar dos filhos e da casa.

A ex-primeira-ministra da Inglaterra Margaret Thatcher deixou uma máxima, mostrando que quando o Estado cuida bem das mulheres, está cuidando diretamente de 70% da população e, indiretamente, dos outros 30%.

O tema “Água e Gênero” tem sido debatido desde a Conferência de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, realizada na Irlanda, em 31 de janeiro de 1992, quando se reconheceu a importância do papel da mulher como gestora do uso dos recursos hídricos, sobretudo em comunidades de baixa renda. A declaração oficial da conferência foi clara: “As mulheres desempenham papel central na prestação, gestão e salvaguarda da água. Esse papel fundamental das mulheres como provedoras, usuárias de água e guardiãs do ambiente vivo raramente se refletiu em arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos”. Na verdade, o balanceamento do gênero é importante em todos os níveis da imensa maioria das atividades humanas. O homem e a mulher têm demonstrado algumas diferenças de aptidões em determinadas tarefas. Tirar proveito dessas vocações para que a eficiência do trabalho aumente constitui a essência do debate sobre a equidade de gênero.

Neste Dia Mundial da Água, em 22 de março, a ONU quer chamar a atenção para o papel das mulheres que coletam e gerenciam a água, muitas vezes em condições de alta vulnerabilidade, como ao cuidar de pessoas doentes, a busca da água para sobrevivência da família, as dificuldades em explorar mananciais contaminados, o problema para conseguir água em regiões pobres, a saúde e a segurança. Mesmo assim, as mulheres são, frequentemente, excluídas dos processos de tomada de decisão. Por isso, é necessário colocar as mulheres no centro da busca por soluções. Daí a proposta da ONU, neste ano, ao chamar atenção para a campanha: “Onde a água flui, a equidade de gênero cresce”.

Quem trabalha na gestão de recursos hídricos, tanto na Agência Nacional da Água como nas Agências reguladoras estaduais, todos sabem que é essencial debater formas de ampliar a presença feminina na gestão dos recursos hídricos. O tema proposto pela ONU para o Dia Mundial da Água-2026 chega em momento muito oportuno, já que cada vez mais amplia-se o debate sobre como as mulheres podem fortalecer sua participação na gestão da água.

As mulheres têm uma participação especial no futuro da família, da comunidade e da sociedade. Da mesma forma, elas devem ter voz igual na condução de uma política de recursos hídricos e, até mesmo, na política partidária e na gestão do país.

Toda mulher carrega dentro de si, entre sorrisos e cicatrizes, a força divina da proteção e formação dos filhos e condução da família. E, quanto mais vulnerável, mais guerreira ela é. Apesar da violência frequente a que são expostas, fica uma constatação: a mulher, que tem grandes missões e o dom de carregar tantas responsabilidades, está sempre a postos para mover e mudar o mundo.



Um grande passo para a América Latina e o Caribe



» SERGIO DÍAZ-GRANADOS
Presidente executivo do CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe

Há apenas algumas semanas, o Panamá se tornou o epicentro de uma conversa crucial. Ali, realizamos a 2ª edição do Fórum Econômico Internacional da América Latina e do Caribe, organizado pelo CAF. Se eu tivesse que resumir o sentimento dos mais de 6.600 participantes, de 70 países, que estiveram no evento, diria que o que ocorreu foi algo de que a região necessitava havia várias décadas: deixamos de lado os diagnósticos e as diferenças ideológicas para começarmos a construir soluções de médio e longo prazo para os principais problemas que nos afetam.

O resultado foi um sucesso que pode ser medido em números: oito chefes de Estado e de governo, 240 painelistas (incluindo quatro prêmios Nobel) e cerca de 50 sessões. Mas, sobretudo, mede-se pela qualidade dos diálogos que foram gerados. Não houve tema relevante que ficasse de fora: desde a reconfiguração geopolítica e a inteligência artificial até a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, todos foram submetidos a

uma análise profunda e franca.

Antes do encontro, destacávamos a necessidade de ir além do diagnóstico e priorizar projetos de impacto regional que transcendam ciclos políticos. E foi exatamente isso que começou a ganhar forma. Ministros da Economia mantiveram uma conversa a portas fechadas para examinar desafios compartilhados — um exercício simples, mas difícil de alcançar em fóruns multilaterais mais amplos. Empresários de Santiago, Lima, Cidade da Guatemala e Santo Domingo sentaram-se à mesma mesa para construir alianças. As mais de 1.100 reuniões programadas e as rodadas de negócios não apenas fecharam operações milionárias, como também plantaram a semente de projetos concretos que veremos no futuro.

Esse dinamismo confirmou algo que muitas vezes esquecemos: a força da integração em nossa região não vem apenas dos discursos oficiais, mas dos indivíduos. São os empreendedores, os acadêmicos, os líderes sociais e os cidadãos os verdadeiros protagonistas de um processo que é mais fluido e prático do que parece.

Ficou claro que não buscamos uniformidade de pensamento. A região é diversa em ideologias e realidades. O que construímos no Panamá foi uma visão estratégica compartilhada sobre os grandes eixos que nos unem. Falamos de corredores bioceânicos inteligentes, de uma agenda digital comum para garantir soberania de dados e de

como transformar nossa potência em biodiversidade e energias renováveis em produtos verdes de alto valor agregado. Trata-se, em última análise, de liderar a transição para uma bioeconomia circular, e não apenas exportar matérias-primas.

Mas, também, enfrentamos nossas pendências. A desigualdade continua sendo nosso calcanhar de Aquiles. Por isso, o diálogo incluiu a necessidade de construir sistemas educacionais modernos, reduzir desigualdades de gênero e étnicas e formalizar o emprego. Um crescimento que não seja inclusivo, simplesmente, não é sustentável.

Nosso trabalho, a partir do banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe, vai além do financiamento. Parte do nosso DNA é criar esses espaços de diálogo e utilizar nosso poder de convocação para construir pontes. Sabemos que vivemos sobre um terreno fértil, onde boas ideias podem criar raízes fortes e prosperar.

Por tudo isso, o sucesso dessa segunda edição do Fórum é um impulso para seguir em frente. Já estamos trabalhando na convocação para o fim de janeiro de 2027, novamente no Panamá. O objetivo é contribuir com mais um grão de areia para construir uma região mais próspera, justa e sustentável. Uma região que, atuando de forma unida e demonstrando que faz parte da solução para os problemas globais, conseguirá finalmente sentar-se à mesa onde são tomadas as decisões do mundo. O encontro, que já se tornou um compromisso que vale a pena, está em andamento.

A URV da Saúde: mais valor, menos filas no SUS



» MARCELO QUEIROGA
Médico cardiologista e ex-ministro da Saúde

O debate sobre as filas para consultas, exames e cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS) voltou ao centro da agenda nacional. O tema mobiliza gestores, profissionais e a sociedade; e com razão. Milhões de brasileiros aguardam atendimento. Mas a questão central não é apenas reduzir filas de forma momentânea e oportunística. O desafio é garantir acesso contínuo, sustentável e de qualidade.

Essa distinção é o que separa políticas estruturantes de soluções improvisadas.

Entre 2020 e 2022, no governo Bolsonaro, o Brasil promoveu uma das mais relevantes atualizações da Tabela de Procedimentos do SUS das últimas décadas. Não foi um reajuste linear ou populista. Foi uma estratégia seletiva, orientada por prioridades clínicas, que fortaleceu áreas críticas como oncologia, nefrologia, cardiologia e cirurgias eletivas. O objetivo era enfrentar a defasagem histórica dos valores pagos pelo sistema, reconhecida por gestores públicos e prestadores.

Quando a remuneração não cobre os custos reais, a consequência é previsível: redução da oferta, desorganização da rede e aumento das filas. Atualizar a tabela não é gasto. É investimento na capacidade do SUS.

Após a pandemia, o país optou por programas emergenciais para ampliar a produção. Essas iniciativas podem trazer alívio temporário, mas a experiência internacional mostra que, sem reformas estruturais, o problema retorna. Filas diminuem por alguns meses e voltam a crescer. O sistema perde previsibilidade, e a pactuação interfederativa se fragiliza.

É nesse contexto que ganha relevância o chamado Plano Real da Saúde, em discussão liderada pelo senador Flávio Bolsonaro. A proposta parte de um diagnóstico claro: o maior gargalo da atenção especializada não é apenas a falta de recursos, mas a ausência de uma referência estável de valor que organize o financiamento, a contratualização e a regulação. Sobre tudo quando consideramos que há bilhões de reais em recursos federais sem execução pelos entes subnacionais por ineficiência da administração pública.

Nos anos 1990, o Brasil vivia sob o fantasma da hiperinflação. Os preços mudavam diariamente, e o país havia perdido a noção de valor. A criação da Unidade Real de Valor (URV) foi o instrumento que permitiu realinhar preços, expectativas e contratos. Mais do que uma moeda, a URV devolveu previsibilidade e confiança, pois devolveu aos brasileiros a percepção de valor. Foi a âncora que possibilitou a transição para o Plano Real.

Hoje, o SUS enfrenta um desafio semelhante. A fragmentação do financiamento, a defasagem da Tabela SUS e a desorganização do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) criaram um ambiente em que gestores e prestadores também perderam a referência de valor. Hospitais produzem sem previsibilidade, estados complementam de forma desigual e o acesso se torna cada vez mais heterogêneo.

A chamada “URV da Saúde” propõe justamente essa âncora. Trata-se de estabelecer parâmetros técnicos de remuneração, indicadores de desempenho e critérios de qualidade que orientem o realinhamento progressivo dos tetos MAC e dos valores de referência do sistema. O objetivo não é apenas pagar mais, mas pagar melhor, com base em resultados e linhas de cuidado.

Essa agenda dialoga diretamente com o conceito de Value-Based Health Care (VBHC), que vem transformando sistemas de saúde no mundo. No Brasil, experiências como o QualiSUS Cardio e o QualiDOT, revogados na atual gestão da saúde, mostraram que é possível vincular financiamento a desfechos clínicos, como redução de mortalidade, menor tempo de espera e maior resolutividade. Ao premiar qualidade e eficiência, o sistema reduz desperdícios, aumenta a produtividade e melhora a experiência do paciente.

A URV da Saúde pode representar o mesmo que a URV econômica representou para o Brasil: o resgate da noção de valor. Valor para o paciente, que passa a ter acesso mais rápido e seguro. Valor para o gestor, que ganha previsibilidade. Valor para o prestador, que passa a ser remunerado de forma justa. E valor para o país, que melhora a eficiência do gasto público.

O desafio da saúde brasileira não será resolvido com improviso. Exige planejamento, transparência e coragem para modernizar a gestão.

Reduzir filas é urgente. Mas devolver ao SUS a noção de valor é o que garantirá acesso permanente, equidade e sustentabilidade para as próximas gerações.